

# DIÁRIO DO GOVERNO

A correspondência oficial da capital e das provincias, *foras do porto*, bem como os periódicos que trocarem com o *Diário*, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa, e os exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano . . . . . 18\$000  
Ditas por semestre . . . . . 10\$000  
Anúncios, por linha . . . . . 60  
Comunicações e correspondências, por linha . . . . . 60  
Número avulso, cada folha de quatro páginas . . . . . 40  
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se-hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no *Diário do Governo*

A correspondência para a assinatura do *Diário do Governo* deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar a publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

## SUMÁRIO

### MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.  
Portarias de 1 de Março:  
Colocando na situação de adido um facultativo assistente do Hospital de S. José.  
Autorizando o Asilo de Vilar, da cidade do Porto, a converter determinados bens.  
Despachos pela Direcção Geral da Saúde, sobre movimento de pessoal.

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.  
Despachos e rectificações a despachos, sobre movimento de pessoal do registo civil.  
Rectificações a despachos sobre alteração de postos de registo civil.

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Leis de 28 de Fevereiro, isentando as Câmaras Municipais de Cuba e Odemira da contribuição de registo pela aquisição dos prédios destinados ao alojamento da guarda nacional republicana.  
Despachos pela Direcção Geral da Fazenda Pública, sobre movimento de pessoal.  
Habilitações para levantamento de créditos.  
Acórdão n.º 25 do Conselho do Serviço Técnico Aduaneiro.  
Acórdãos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

### MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Aviso acerca do falecimento dum cidadão português residente em Nice.  
Decreto de 1 de Março, transferindo algumas verbas dentro do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

### MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Portarias de 28 de Fevereiro, reconhecendo como proprietários legais os descobridores de três minas de volfrâmio situadas no concelho da Guarda.  
Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Serpa, em Dezembro de 1912.  
Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.  
Despachos pelo Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, sobre movimento de pessoal.

### MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Portaria de 1 de Março, declarando que nas disposições do decreto sobre proibição do exercício da advocacia nas colónias não devem considerar-se compreendidos os funcionários aposentados ou reformados nem os tabeliães de notas privativos.  
Despachos pela Direcção Geral de Fazenda das Colónias, sobre movimento de pessoal.

### CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, nova publicação, rectificada, do relatório e bases acerca dos serviços prisionais, inserto no *Diário* n.º 39.

### AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Junta do Crédito Público, anúncio de concurso para compra de cambiais.  
Administração do concelho de Alenquer, edital acerca da gerência do encarregado da estação telégrafo-postal do Carregado, de Julho de 1910 a Março de 1911.  
Imprensa Nacional de Lisboa, anúncio para venda de 31.000 exemplares do livro intitulado *Tabuada*.  
Juízo de direito da comarca de Ponte da Barca, editos para citação de refractários.  
Alfândega de Lisboa, edital acerca do extraviado do pertence dum volume com rodas de automóvel.  
Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.

### AVISOS E PUBLICAÇÕES.

### ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

## SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 69 — Cotação dos fundos públicos nas Bórsas de Lisboa e Porto, em 27 de Fevereiro.

### MINISTÉRIO DO INTERIOR

#### Direcção Geral da Instrução Primária

##### 2.ª Repartição

Por despacho de 26 do corrente;  
Bento Carqueja, professor da Escola Normal do Porto—concedidos noventa dias de licença sem vencimento.  
Direcção Geral da Instrução Primária, em 28 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, interino, *João de Barros*.

#### Direcção Geral da Assistência

##### 1.ª Repartição

Atendendo ao que expôs o director do Hospital de S. José e Anexos: manda o Governo da República Portuguesa que o facultativo assistente e chefe de secção do Laboratório de Análise Clínica dos mesmos hospitais, *Hermano José de Medeiros*, fique adido aos quadros a

que pertence, para regressar ao serviço quando o Governo assim o resolve, ou havendo vaga, que por ele seja requerida, levando-se-lhe em conta o tempo de serviço que prestou para os efeitos da promoção.

Paços do Governo da República, em 1 de Março de 1913.—O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

Atendendo ao que representou a Direcção do Asilo de Vilar, do bairro ocidental da cidade do Porto;

Vistas as informações oficiais:

Manda o Governo da República Portuguesa que aquela corporação seja autorizada a vender cinco obrigações da Companhia das Docas do Porto e Caminhos de Ferro Peninsulares, do valor nominal de 90\$000 réis cada uma, e uma fracção do valor nominal de 30\$000 réis, e bem assim quatro vigésimos de acções do Banco Comercial do Porto, que possui, a fim de converter o seu produto em títulos da dívida pública fundada ou dos empréstimos da Câmara Municipal da mesma cidade.

Paços do Governo da República, em 1 de Março de 1913.—O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

#### Direcção Geral de Saúde

Para os devidos efeitos se publica o seguinte:

Por despacho desta data:

Henrique Carlos da Costa Souto, subdelegado de saúde do concelho de Estarreja—licença de trinta dias, por motivo de doença.

Direcção Geral de Saúde, em 1 de Março de 1913.—O Director Geral, *Ricardo Jorge*.

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

#### Direcção Geral de Justiça

##### 1.ª Repartição

Despachos efectuados nas seguintes datas

Fevereiro 20

Luís Gomes de Queiroz—exonerado do lugar de escrivão do juízo de paz do distrito de Cascais, comarca de Lisboa.

Manuel Ferreira—nomeado escrivão do juízo de paz do distrito de Cascais, comarca de Lisboa.

Março 1

João Augusto dos Santos, substituto do juiz de direito da Lousã—prorrogado por trinta dias o prazo para tomar posse do seu lugar.

Bacharel João Augusto Simões Veloso de Almeida, notário em Vieira, e António Pinto da Costa, ajudante de notário em Coimbra—autorizados, provisoriamente, a exercer a advocacia.

Bacharel Luís de Medeiros Antunes—aprovado para ajudante de conservador do registo predial em Tavira.

Bacharel Francisco Borges Pais Pina—nomeado ajudante do notário de Oliveira do Hospital, Augusto de Matos Cid.

Licenças

Fevereiro 27

António Augusto de Sousa Pinto, escrivão do juízo de direito de Castro Daire—sessenta dias, por motivo de doença. (Pago os respectivos emolumentos).

Fevereiro 28

Bacharel José Elísio da Gama Regalão, juiz de direito em Aveiro—trinta dias. (Tem a pagar os respectivos emolumentos).

Direcção Geral da Justiça, em 1 de Março de 1913.—O Director Geral, *Germano Martins*.

#### Conservatória Geral do Registo Civil

Despachos efectuados em 28 do Fevereiro de 1913

José Xavier dos Santos—nomeado ajudante da repartição do registo civil do concelho do Seixal.

Luís Augusto Pavão da Silva Lial—exonerado de ajudante da conservatória do registo civil do distrito de Beja.

Pedro Alexandre Palma—nomeado ajudante para a referida repartição.

Rectificação

Declara-se que as povoações de Sobrainho, Cova do Alvito, Cerejeira, Azenha, Forneas, Esfrega, Travesso, Chão Redondo, Vales, Venda e Catraia foram anexadas ao posto do registo civil da freguesia de Sobreira For-

mosa, do concelho de Proença-a-Nova e não ao posto do registo civil de Alvito, do mesmo concelho, como saiu publicado.

Conservatória Geral do Registo Civil, em 28 de Fevereiro de 1913.—O Conservador Geral, *Germano Martins*.

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

#### Secretaria Geral

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º E concedida à Câmara Municipal do concelho de Cuba a isenção de contribuição de registo por título oneroso pela aquisição dum prédio e suas pertenças, destinado ao aquartelamento da guarda nacional republicana, para cuja aquisição foi autorizada a contrair um empréstimo de 1.200\$000 réis, por decreto de 10 de Fevereiro de 1912.

§ único. No caso da mencionada Câmara não destinar o edificio a quartel, terá então de pagar a contribuição de que fica isenta por esta lei.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças a faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 28 de Fevereiro de 1913.—*Manuel de Arriaga*—*Afonso Costa*.

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º E dispensada a Câmara Municipal de Odemira do pagamento da contribuição de registo pela compra que fizer dum prédio destinado ao alojamento da guarda republicana.

Art. 2.º Na hipótese da Câmara Municipal de Odemira não dar, ao prédio que adquirir para alojamento da guarda, o destino que este projecto lhe assinala ou não empregar o mesmo prédio num estabelecimento de assistência ou de instrução, fica sujeita ao pagamento da respectiva contribuição de registo.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças a faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 28 de Fevereiro de 1913.—*Manuel de Arriaga*—*Afonso Costa*.

#### Direcção Geral da Fazenda Pública

##### 2.ª Repartição

Por despacho de hoje:

António da Silva Casquilho, tesoureiro da Fazenda Pública no concelho de Peniche—licença de trinta dias, para tratar da sua saúde.

Direcção Geral da Fazenda Pública, em 1 de Março de 1913.—O Director Geral, *M. M. A. da Silva Bruscky*.

#### Direcção Geral da Contabilidade Pública

##### 2.ª Repartição

Anuncia-se, em observância do decreto, com força de lei, de 5 de Dezembro de 1910, haverem requerido António Lopes Guedes e Maria Olímpia Guedes, residentes na freguesia do Vilarandelo, concelho de Valpaços, distrito de Vila Real, o pagamento do vencimento que ficou em dívida a seu pai, António Lopes Guedes, proveniente da pensão que lhe foi concedida como pároco, que foi, da referida freguesia, a fim de que qualquer pessoa, que também se julgue com direito aos ditos vencimentos ou a parte deles, requeira pela Repartição Central desta Direcção Geral, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 28 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, *André Navarro*.

#### Direcção Geral das Alfândegas

##### 3.ª Repartição

N.º 25

Acordam os do Conselho do Serviço Técnico Aduaneiro:

Visto o recurso interposto por Gomes Mata & C.ª, da resolução n.º 157 da secção de 1.ª instância deste Conselho, que mandou tributar, nos termos do artigo 147, combinado com o artigo 175 da pauta, os artefactos procedentes de Liverpool no vapor inglês *Lisbon* e propostos a despacho na alfândega de Lisboa pelo bilhete da delegação de Santos, n.º 5:650, em dois fardos com a marca G. M. & C., n.ºs 4 e 5, e contramarca 1901/912;